

MENDUBIM SOLAR EPC S.A.					
CNPJ Nº 45.081.778/0001-00					
NIRE 24300014295					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Exercício de 2023					
<p>1. Mensagem da Administração – Submetemos à apreciação o presente Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras (DFs) da MENDUBIM SOLAR EPC S.A. (‘‘Companhia’’) relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2023. As referidas DF’s foram representadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo em vista que em 2024 foram identificados ajustes de exercícios anteriores relacionados à retificação de erro no cálculo do percentual de conclusão (Percentage of Completion – POC) aplicado ao contrato da Mendubim EPC. Tal representação decorre de inconsistências na atualização da planilha de controle de custos utilizada para estimar o custo total do projeto, resultando em superavaliação e receita e subavaliação de custos reconhecidos no exercício de 2023. A referida representação afetou as rubricas de receitas e custos e correspondentes saldos no balanço patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>2. Descrição dos negócios, produtos e serviços – A Companhia é uma sociedade de direito brasileiro, em seu objeto social, atividades relacionadas à construção de plantas de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica. 3. Observações sobre os resultados – Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou lucro líquido no valor de R\$ 1.374 mil milhares de reais, conforme verifica-se nas Demonstrações Financeiras representadas, que teve sua modificação proposta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.</p> <p>Assu/RN, 16 de março de 2026</p> <p>Maria Eduarda Sales de Barros Cortez Diretora Presidente</p>					
BALANÇO PATRIMONIAL					
31 de dezembro					
(Em milhares de reais)					
ATIVO	Notas	2023	2022		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)		
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.208	2.508		
Tributos a recuperar	4	187	8		
Contas a receber – partes relacionadas	5	99.508	61.939		
Adiantamento a fornecedores	6	4.924	59.564		
Outras contas a receber		42	45		
Total do ativo circulante		130.869	124.064		
Não circulante					
Tributos a recuperar	4	8.261	-		
Tributo diferido	16	2.768	-		
Total do ativo não circulante		11.029	-		
Total do ativo		141.898	124.064		
Passivo					
	Notas	2023	2022		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)		
Circulante					
Fornecedores	7	9.060	773		
Contas a pagar – partes relacionadas	5	8.163	16.286		
Obrigações tributárias	8	5.333	7.728		
Salários e obrigações trabalhistas	9	9.634	9.634		
Provisão de custo de construção	10	89.475	73.201		
Dividendos mínimos obrigatórios	11	2.548	2.222		
Total do passivo circulante		117.215	100.429		
Patrimônio líquido					
Capital social	11	16.500	16.500		
Reserva legal		537	468		
Reserva de lucros		7.646	6.667		
Total do patrimônio líquido		24.883	23.635		
Total do passivo e patrimônio líquido		141.898	124.064		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Exercício findo em 31 de dezembro					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Notas	2023	2022		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)		
Receita operacional líquida	12	343.131	130.349		
Custo dos serviços prestados	13	(341.657)	(115.722)		
Lucro bruto		1.474	14.627		
Despesas operacionais		(41)	(92)		
Despesas gerais e administrativas		(41)	(92)		
Outras receitas operacionais		210	(92)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.684	14.535		
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	14	1.184	299		
Despesas financeiras	14	(693)	(58)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.175	14.776		
Imposto de renda e contribuição social	16	(3.569)	(5.419)		
Diferido		2.768	(801)		
Lucro líquido do exercício		1.374	9.357		
Quantidade de quotas – Em reais		16.500.000	16.500.000		
Resultado por quota – Em reais		82,67	566,48		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
Exercício findo em 31 de dezembro					
(Em milhares de reais)					
	Notas	2023	2022		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)		
Resultado do exercício		1.374	9.357		
Outros resultados abrangentes		-	-		
Total do resultado abrangente do exercício		1.374	9.357		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
(Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Integralização do capital	16.500	-	-	-	16.500
Lucro do exercício	-	-	-	9.357	9.357
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	468	-	(468)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(2.222)	(2.222)	-
Retenção de lucros	-	-	6.667	(6.667)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.500	468	6.667	-	23.635
Lucro do exercício (reapresentado)	-	-	-	1.374	1.374
Destinação do lucro:					
Reserva legal (reapresentado)	-	69	-	(69)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (reapresentado)	-	-	(326)	(326)	-
Retenção de lucros (reapresentado)	-	-	979	(979)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.500	537	7.646	-	24.883
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Exercícios findos em 31 de dezembro					
(Em milhares de reais)					
	2023	2022	2022		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)		
Atividades operacionais:					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.175	14.776	14.776		
Ajustes para reconciliar lucro antes dos impostos ao caixa:					
Receita de construção a faturar	(60.477)	(27.852)	-		
Provisão de custo de construção	16.274	73.201	-		
Variação cambial, realizada e não realizada	(705)	-	-		
Provisão para bônus	625	6	-		
(Acréscimo) decréscimo de ativos e passivos:	(44.283)	45.359	45.359		
Impostos a recuperar	(5.299)	(8)	-		
Partes relacionadas	15.490	(17.801)	-		
Adiantamento a fornecedores	54.640	(59.564)	-		
Outras contas a receber	5	145	-		
Fornecedores	8.287	773	-		
Salários e encargos trabalhistas	1.792	213	-		
Obrigações tributárias	4.315	2.344	-		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.228)	(74.088)	(74.088)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.700	(15.992)	15.992		
Aporte de capital	-	16.500	-		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	23.700	16.500	16.500		
Decréscimo (acréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	23.700	2.508	2.508		
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	23.700	2.508	-		
Total do ativo não circulante	11.029	8.261	8.261		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA					
a) Contexto operacional – A MENDUBIM SOLAR EPC S.A. (‘‘Companhia’’ ou ‘‘Mendubim EPC’’) com sede na Cidade de Assu, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua João Cobe, 699, Conjunto Janduis, foi constituída em 31 de janeiro de 2021 como sociedade limitada e transformada em sociedade anônima em 09 de junho de 2022. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de engenharia. b) Atividades de coordenação da operação da geração e transmissão de energia elétrica, mediante arrendamento (procurement), gestão de projetos, desenvolvimento de negócios e operação e manutenção (O&M); e c) construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica. A Companhia atua em projetos de geração de energia elétrica em parques solares com capacidade total de 531,10MW localizados no município de Assu, no Rio Grande do Norte. Desta forma, a Mendubim EPC assinou treze contratos de empreitada completa (‘‘Head EPC agreement’’) com valor total estimado total de R\$ 575 milhões (não auditado).					
Parques solares					
	Capacidade total (MWp)		(não auditado)		
SOL DE TIBAU ENERGIA LTDA	39,83				
SOL DE CRISTÓVÃO ENERGIA LTDA	35,10				
SOL DE PONTA DO MEL ENERGIA LTDA	42,15				
SOL DE GALINHOS ENERGIA LTDA	36,51				
SOL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO ENERGIA LTDA	26,55				
SOL DE TOUROS ENERGIA LTDA	36,51				
SOL DE ZUMBI ENERGIA LTDA	45,15				
SOL DE MARACAJÁ ENERGIA LTDA	39,83				
SOL DE GENIPIBU ENERGIA LTDA	46,47				
SOL DE PONTA NEGRA ENERGIA LTDA	36,51				
SOL DE PIPIA ENERGIA LTDA	53,10				
SOL DE BARRA DO CUNHAU ENERGIA LTDA	26,55				
SOL DE FARMACIA ENERGIA LTDA	49,83				
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS – Declaração de conformidade – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Resolução da Comissão de Normas Contábeis (CNC) – Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Resumo das políticas contábeis materiais – As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. Base de elaboração – Essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão sendo preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. A administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis e afirma que todas as informações relevantes e próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade do exercício social da Companhia compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Resumo das políticas contábeis materiais – As políticas contábeis materiais descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. O resumo das principais políticas contábeis aplicadas nas demonstrações contábeis é o seguinte: Reconhecimento de receita – A NBC TG 47 – Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço de transação; (iv) a alocação do preço de transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita de serviços prestados referente a contrato de empreitada completa da Companhia (Nota 1) é reconhecida conforme o avanço físico do contrato assinado com as treze plantas do complexo Mendubim EPC. Impactos de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentadas na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, tendo por base o regime do ‘‘lucro real’’. Impostos sobre receita – Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de estoque, conforme o caso; e (ii) valores a receber e a pagar apresentados conjuntamente com o valor dos impostos sobre vendas. As receitas de empreitada completa estão sujeitas apenas o imposto sobre serviços pela alíquota básica de 2,5% em 2023 e 2022. Devido ao benefício do Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura (REIS), a Companhia tem suspensão da alíquota do imposto sobre Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). 2.3. Instrumentos financeiros – Ativos financeiros – Classificação e mensuração – De acordo com a NBC TG 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (‘‘VJORA’’) e ao valor justo por meio do resultado (‘‘VJR’’). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Custo amortizado – Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam ‘‘exclusivamente pagamentos de principal e de juros’’ sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento de dívida. Os ativos financeiros que não são amortizados utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria inferior. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o principal ativo financeiro classificado nesta categoria é de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber partes relacionadas. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – De acordo com a NBC TG 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. Passivos financeiros – A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em forma de instrumento de dívida substancialmente todo passivo financeiro da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Passivos financeiros – Os passivos financeiros são classificados como ativo ou passivo líquido do resultado quando os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Mensuração subsequente – Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a amortização são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Desreconhecimento (baixa) – Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação foi revogada, cancelada ou extinta. Quando o passivo financeiro é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença calculada como resultado de uma baixa e reconhecimento de um novo passivo. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa – O equivalente de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, de prazo de vencimento inferior a 90 (noventa) dias, em um montante determinado, e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por consequente, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.5. Contas a receber – As partes relacionadas – Contas a receber – são avaliadas com base em estimativas de risco de crédito. 2.6. Provisões – Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do custo de liquidação pode ser feita. Provisão de custo de construção – Esta provisão é constituída para complementar o custo incorrido relativos a construção que foi calculado através do POC (Percentage of Completion). Os custos incorridos acumulados compreendem todo o custo incorrido mais a provisão. 2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis – A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. A Administração avalia a necessidade de provisões e estimativas poderia levar a resultados que sejam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas – As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza nas estimativas são: (i) a avaliação da provisão de custo de construção e (ii) o reconhecimento de ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir. Receita e custos de construção – O reconhecimento da receita e das despesas tendo como referência o estágio de execução (stage of completion) do contrato é usualmente denominado como método da percentagem completa. Por esse método, a receita contábil de construção é calculada com base na percentagem de conclusão do contrato em relação aos custos contratuais incorridos à medida que cada estágio da evolução física da construção é alcançado. Desta forma, de acordo com os marcos contratuais (milestones) presentes no contrato de Head EPC firmado com as plantas do complexo Mendubim, a Mendubim EPC reconhece imediatamente as receitas e custos relativos a cada estágio de construção de acordo com a NBC TG 03 (IR) – Demonstração do Fluxo de Caixa emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. 2.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 – As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício findo em 31 de janeiro de 2023: Alteração ao CPC 26(R1) – Divulgação de política contábil : alteração do termo ‘‘políticas contábeis significativas’’ para ‘‘políticas contábeis materiais’’. A alteração também define o que é ‘‘informação de política contábil material’’, explica como identificar e esclarece que informações de natureza de política contábil não precisam ser apresentadas, mas devem ser apresentadas, que não devem obscurecer informações contábeis relevantes. Alteração ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro : a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações e eventos contábeis anteriores, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. Alteração ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro : a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre o lucro em uma única conta de balanço patrimonial, bem como montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos diferidos em uma única conta de balanço patrimonial. – Tributos sobre o Lucro : em dezembro de 2021, a organização de cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais paguem impostos adequados em todos os países onde operam. O novo modelo mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada ‘‘Globe effective tax rate’’ ou alíquota efetiva GIoBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram. A Companhia não tem conhecimento de nenhuma legislação que altere as alíquotas de impostos sobre o lucro, mas mudanças nas políticas contábeis sobre as demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. 2.10. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas – A geração de energia renováveis faz parte da estratégia e do modelo de negócios dos acionistas da Companhia que buscam desempenhar um papel ativo no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental nas comunidades e grupos de interesses que rodeiam os seus negócios. 2.11. Impactos contábeis da reforma tributária – Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (‘‘LC’’), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (‘‘IVA dual’’), com duas competências, uma federal (Contribuição sobre Valor Agregado – CBS) e uma sub-nacional (imposto sobre Bens e Serviços – ‘‘IBS’’), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um imposto seletivo (‘‘IS’’), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços de alto valor agregado e de médio e alto impacto ambiental. Há um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando o finalização do projeto de lei de orçamento e sistema de apuração de impostos for concluído, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. 2.13. Representação das cifras comparativas – Em 2024, foram identificados ajustes de exercícios anteriores relacionados à retificação de erro no cálculo do percentual de conclusão (Percentage of Completion) aplicado ao contrato da Mendubim EPC. Tal representação decorre de inconsistências na atualização da planilha de controle de custos utilizada para estimar o custo total do projeto, resultando em superavaliação da receita e subavaliação dos custos reconhecidos no exercício de 2023. A referida representação afetou as rubricas de receitas e custos e correspondentes saldos no balanço patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Desta forma, as demonstrações financeiras de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas conforme abaixo:					
	2023	2022	2023		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)		
Ativo					
Circulante					
Tributos a recuperar	280	(94)	186		
Contas a receber – partes relacionadas	5	118,407	89.508		
Total do ativo circulante	149,802	(18.993)	130.869		
Não circulante					
Tributos a recuperar	4	7.092	1.168		
Tributo diferido	16	2.769	2.769		
Total do ativo não circulante	7,092	3,937	11,029		
Total do ativo	156,994	(15,056)	141,898		
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar – partes relacionadas	5	8.019	2.144		
Provisão de custo de construção	10	99.214	(9.739)		
Dividendos a pagar	11	4.320	(1.772)		
Total do passivo circulante	126,582	(9,367)	117,215		
Patrimônio líquido					
Reserva legal	11	910	(373)		
Reserva de lucros	11	12.982	7.728		
Total do patrimônio líquido	30,372	(5,689)	24,883		
Total do passivo e patrimônio líquido	156,954	(15,056)	141,898		
Demonstração do resultado					
Receita operacional líquida	12	364.174	(21.043)		
Custo dos serviços prestados	13	(351.966)	9.739		
Lucro bruto	12.278	11.304	1.474		
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	16	(4.644)	1.075		
Diferida	16	2.768	(2.768)		
Total do resultado	(4.644)	3.843	(801)		
Lucro líquido do exercício	8.835	(7.461)	1.374		
Quantidade de quotas – Em reais		16.500.000	16.500.000		
Resultado por quota – Em reais		0,54	(0,46)		
Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Anteriormente apresentado	16.500	468</			



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: RZLED-527J8-WCTHP-L4EK2

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no CCN Signer, pelos seguintes signatários:

Alexsandro de Oliveira Viana (CPF 008.291.254-85)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://www.ccnsigner.com.br/validate/RZLED-527J8-WCTHP-L4EK2>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://www.ccnsigner.com.br/validate>